

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Correio Brasileiro Class.: 1243Data: 09/01/90 Pg.: 01 e 10

## Polícia fecha cerco e isola garimpeiros

Mais de cem agentes da Polícia Federal iniciaram, ontem, em Roraima, a Operação Canaíme para retirar mais de 20 mil garimpeiros da área indígena Yanomami. O primeiro passo foi impedir a decolagem de Boa Vista de aviões levando mantimentos para os garimpeiros. A Polícia Federal estima que a operação dure até 20 dias, mas quem vive nos garimpos diz ter alimentos em quantidade suficiente para

comprometer o êxito da ação policial. Os líderes da garimpagem acusam as grandes mineradoras de forçarem a operação de retirada para, mais tarde, conseguir a exploração macanizada de ouro e cassiterita. "Se possível, tiraremos os garimpeiros no colo", adverte o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que hoje segue para Boa Vista onde, durante todo o dia de ontem, houve protestos. **Página 10**



# Federal inicia ação contra garimpeiro

Boa Vista — Cem agentes da Polícia Federal com armas pesadas deram início ontem à tarde à operação Canaimé, impedindo que pequenos aviões transportassem combustível e alimentos para os garimpeiros situados no território Yanomami através do Aeroporto Internacional de Boa Vista e das principais pistas periféricas da cidade.

Os garimpeiros tiveram que descarregar dos aviões mil litros de óleo diesel e 500 quilos de suprimentos que estavam sendo levados para o interior. Somente no aeroporto 50 aviões foram impedidos de decolar. Hoje, os agentes iniciam a panfletagem nos garimpos, solicitando que os garimpeiros saiam da região Yanomami até o dia 15.

A Polícia Federal somente permite que saiam aviões vazios, desde que seu piloto informe destino, tempo de voo e de permanência em terra. O aeroporto de Boa Vista viveu ontem um dia tenso e, ao mesmo tempo, confuso, pois os garimpeiros não sabiam como proceder e o que era ou não necessário fazer para que os aviões fossem liberados.

Além da pista do aeroporto outras pistas, como a do Jockey Clube, Apiáu, Caracaráie a do Mucajái, estão sendo fiscalizadas. Outras pistas, menos importantes, serão fiscalizadas pelos agentes, como a de Mineirinho e Quincas Bonfim, onde o fluxo de aviões é menor.

Nos garimpos do interior de Roraima estão estocados 15 mil litros de combustível e quase duas toneladas de alimentos. Os garimpeiros não deverão obedecer à ordem de retirada da região Yanomami, segundo suas lideranças, porque têm como sobreviver ainda por vários dias na selva sem receber qualquer ajuda aérea. Na Polícia Federal, porém, a expectativa é a de que a operação Canaimé (também chamada pelos policiais de Amazônia Livre) dure entre 15 a 20 dias.

Ontem à noite, cerca de três mil garimpeiros reuniram-se na praça do Palácio, onde fica a sede do governo de Roraima, para protestar mais uma vez (já havia ocorrido um protesto sábado) contra a operação, que deverá expulsar 20 mil garimpeiros a partir do dia 15, segundo informações da Polícia Federal, ou 50 mil pessoas, segundo a versão dos que atuam na reserva. A Associação Comercial de Roraima (ACR) ameaça paralisar o comércio hoje.

Os líderes garimpeiros da região responsabilizaram as grandes empresas mineradoras pela realização da operação. Segundo eles, as empresas mineradoras multinacionais têm interesse de que os garimpos saiam da região Yanomami, para que possam começar um grande lobby junto ao Congresso Nacional, visando obter autorização de exploração mecanizada de ouro, de cassiterita e de estanho na área.

## EXÉRCITO

Em Manaus, as autoridades militares não descartam uma possível reação armada dos garimpeiros, contra a sua retirada dos garimpos em Roraima pela Polícia Federal. Na avaliação do Comando Militar da Amazônia (CMA), o clima é muito tenso na região dos índios Yanomami. A "Operação Canaimé" está sendo acompanhada pelo Comando Militar da Amazônia por um oficial superior, já que até agora não foi necessário a intervenção do Exército.

AGÊNCIA GLOBO



Agentes da Polícia Federal impediram, na tarde de ontem, a decolagem de aviões para os garimpos

## Tuma admite retirar invasores até "no colo" se for preciso

O Governo Federal decidiu evitar maiores conflitos na operação de retirada dos garimpeiros da área Yanomami: vai negociar com todos os segmentos envolvidos uma saída viável para solucionar o caso. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, vi-  
a hoje cedo a Boa Vista a fim de conversar com garimpeiros, índios e comerciantes da região. "Não estamos em guerra com ninguém, queremos executar o trabalho da forma mais tranquila possível", alertou. Ele não acredita em reações adversas de nenhum dos grupos. "Vamos entrar e sair em clima de paz, se possível tiraremos os garimpeiros no colo".

A pedido do ministro da Justiça, Saulo Ramos, o diretor do DPF deve reunir-se com líderes da União dos Sindicatos de Garimpeiros e Associação de Aeronautas de Roraima. "Eles

têm algumas observações a fazer e nós temos as nossas. Com certeza chegaremos a um acordo". Tuma não quis revelar, portanto, para qual área os garimpeiros aceitam ser remanejados. "Já temos pontos específicos, mas prefiro não falar". Com isto, ele acredita que resolverá boa parte da questão. "Só uma solução definitiva pode acalmar esse tipo de conflito".

Durante a operação, a Polícia Federal deve aproveitar para fazer uma triagem no local, definindo se há garimpeiros envolvidos em qualquer tipo de crime. "É uma oportunidade para realizar um cadastramento". Tuma criticou a posição de alguns políticos de Roraima por incitarem a população contra o trabalho da PF e da Funai. "Talvez em razão disto, eles estejam tão amedrontados. Não há razão para temor".

No decorrer da operação, que deve durar 90 dias, a Polícia Federal deve destacar para o local mais de 250 agentes. Nessa primeira fase do trabalho foram destacados 100 homens, segundo observou Tuma. A ajuda da Funai, dos Ministérios das Minas e Energia e do Exército, na opinião dele, é essencial. Mas quanto a reforço do Exército este deve ser só operacional. "Não tem sentido colocar soldados numa operação deste tipo".

O essencial para o diretor da PF é seguir a Constituição que dá plenos direitos aos índios de viverem bem e aos garimpeiros de trabalharem com dignidade. "Eles não são inimigos, exercem uma função, apenas estão no local errado". Enquanto Tuma viaja a Roraima, Saulo fica em Brasília mantendo contatos com o presidente José Sarney e os demais ministros envolvidos na operação.

## A Isonomia da Miséria

CARLOS MAGNO DIAS

Em 1968, um administrador, advogado ou engenheiro, no último nível (22) da Lei 3.780, ganhava mais que um general de Exército. Implantado o Plano de Classificação de Cargos em 1979, através da Lei 5.645, houve um tipo de isonomia, embora o Legislativo e o Judiciário, adotando os mesmos padrões, as mesmas categorias, inclusive DAS (Direção e Assessoramento Superior) ficavam apenas na nomenclatura e pagavam bem mais aos seus funcionários. Hoje, o mesmo nível 22 do Executivo, transformado em Referência NS 25, ganha menos que primeiro-sargento.

Sempre batalhamos pela isonomia entre os Poderes. A Constituição assim estabeleceu em seu artigo 39, parágrafo 1º. Nossa felicidade morreu na outorga da Constituição. Pouco tempo depois, o próprio Executivo tratou de enterrá-la, criando novas e privilegiadas castas, dentro do nosso próprio território e agora temos que brigar a favor de duas isonomias: dentro do próprio Executivo, para depois com os outros Poderes. O Judiciário então, distanciou-se tanto, que nem mais poderá figurar nos nossos melhores sonhos alcançar os padrões iniciais dele, mesmo aqueles, de nível médio ou superior que se encontram em fim de carreira.

No final do governo Figueiredo, houve um festival de promoções, com uma autêntica do-

ação de 12 referências a "todos" os servidores. Viu-se logo, a seguir, que apenas uma parte poderia ser beneficiada, pela limitação dos níveis (32 para o nível médio e 25 para o nível superior) e só quem não estava nos limites mais altos pôde receber a promoção e seus efeitos financeiros. Disseeram-nos que seriam pagos os efeitos financeiros para todos, mas, isto nunca se verificou.

Parece que a praga de fim de governo é muito forte e alcança sempre os menos favorecidos, principalmente os que não têm tempo para fazer lobbies, pelo fato de estarem trabalhando. Está comprovado que, quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro e isso se aplica ao próprio funcionário público. Ou será que alguém sabe o que é gestor de política governamental? Sabe-se que é uma invenção do ex-ministro Aluisio Alves, que fez um curso remunerado com DAS 1, pelo período de dois anos na Enap, e que inicia com NCz\$ 34 mil por mês e termina em NCz\$ 58 mil (valores de janeiro), mas ninguém sabe o que esse gestor faz, além de receber pagamento. Um NS 25, com 30 anos no mínimo de serviço, ganha NCz\$ 22 mil (valor de janeiro). Um técnico de nível médio do Ministério da Fazenda, que até um dia desses era Agente Administrativo, ganha NCz\$ 12 mil. O mesmo funcionário, que continuou com a designação de Agente, ganha, depois de dedicar uma vida ao Serviço

Público, NCz\$ 6 mil e um Analista de Orçamento ganha NCz\$ 58 mil. Um profissional idêntico, com nível superior, que tem a responsabilidade direta e muito maior, de executar o ano inteiro o Orçamento, ganha NCz\$ 22 mil. No nível médio a mesma coisa: NCz\$ 12 mil contra NCz\$ 6 mil.

Um servidor de nível superior do Judiciário ou do Senado, um servidor de nível médio desses dois Poderes, está fora do alcance das nossas vidas. Temos esperança de que o presidente Sarney vai se lembrar que ainda vai precisar de votos de servidores públicos e antes de sair poderá pensar em si mesmo, sabendo que 80 por cento dos servidores do seu Executivo, estão marginalizados.

Não queremos baixar o salário de ninguém, porque o custo de vida está bem mais alto que os números do IBGE. Queremos nivelar, não por cima, que já seria sonhar. Queremos nivelar por enquanto com os nossos companheiros do Executivo. A isonomia com os outros Poderes deverá ser obra do próximo governo, que se diz dos 140 milhões de brasileiros.

O presidente Sarney e o presidente Collor, podem estar ainda querendo saber de onde vieram em Brasília, os votos de Lula. A explicação está aí. Na luta pela isonomia da miséria, no protesto contra o deboche que fazem com os salários que supõem que sustentemos dignamente as nossas famílias.

## Jacaré pode ser linchado por gaúchos

GUSTAVO KRIEGER  
Correspondente

Porto Alegre — Preservar espécies ameaçadas como os jacarés é um ato cuja validade quase ninguém discute neste momento de lutas ecológicas, mas quais os cuidados necessários para manter em cativeiro estes animais sem ameaçar a segurança de pessoas que vivem em locais próximos? Esta questão foi colocada no Rio Grande do Sul depois que Maria Bazília Bittencourt, de 85 anos perdeu partes do braço e da perna após ter sido atacada por um jacaré que vive em lago perto de sua casa na localidade de Águas Claras, que fica no interior do município Caúcho de Torres. Os jacarés mantidos por um vizinho de Maria, que estava interessado na preservação dos animais.

O ataque a Maria Bazília aconteceu no final da tarde de sábado e ontem ela continuava hospitalizada com ferimentos no braço e na perna. Muitos vizinhos da anciã ficaram revoltados com o incidente e alguns deles ameaçavam promover uma caçada contra o jacaré. Eles se sentem ameaçados porque o local onde vivem os jacarés não está cercado e muita gente passa por ali ou utiliza água do açude.

Maria Bazília se preparava para buscar água no lago quando foi atacada pelo jacaré. Mesmo depois de ferida ela se arrastou por 50 metros até ser socorrida por um rapaz da região, que foi alertado pelos gritos da anciã. Ela ainda enfrenta problemas para ser atendida no hospital de Torres, quando chegou ao local os atendentes recusaram-se a atendê-la alegando ser um hospital particular, que ela não teria condições de pagar. O impasse foi resolvido depois que os vizinhos que acompanhavam Maria insistiram muito.

Após o ataque, o clima entre os vizinhos de Bazília era de apreensão e revolta.

## Índio fecha reserva para madeireiros

GILSON CAVALCANTI  
Correspondente

Miracema (TO) — Os índios Xerente, da aldeia Brejo Comprido, no município de Tocantina, conseguiram pegar em flagrante madeireiros retirando madeira de lei na reserva deles, no final da semana. Os índios prenderam um caminhão e resolveram fechar a reserva para a entrada dos brancos. Há muito que índios e brancos estão envolvidos nesse entrevero, com a situação se aguçando nos últimos dias. O prefeito do município, Raimundo Arruda, se vê impossibilitado para resolver a questão e atribui à Funai a responsabilidade por tudo o que está acontecendo.

Os fazendeiros da região, entretanto, acusam os índios de destruição de cercas e roubo de arame e temem um conflito com outros proprietários de terra. Quanto à questão do roubo de madeira, já foi aberto inquérito na Polícia Federal contra os madeireiros.

No flagrante, os índios apreenderam armas, motosserras e um caminhão de propriedade de João Hélio, que também foi preso pelos Xerente junto com os seus empregados.